

Os usos dos gêneros textuais para a formação leitora na Educação Infantil

The use of textual genres for developing reading skills in Early Childhood Education

Antonia Natalia Oliveira Bentemüller¹

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza, CE, 60.714.903, Brasil

Raquel Carine de Moraes Martins²

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza, CE, 60.714.903, Brasil

Resumo: O artigo é resultado de uma pesquisa de um curso de especialização e teve como objetivo compreender as relações entre os usos dos gêneros textuais para a formação leitora na Educação Infantil. Com o tema relativo à alfabetização, este estudo surgiu a partir de uma problematização sobre a relação do trabalho com os gêneros textuais para a formação leitora na Educação Infantil. A metodologia adotada teve caráter qualitativo, com o método bibliográfico. Quanto aos resultados, tomou-se como ponto de partida a noção de que os gêneros textuais são ferramentas históricas de comunicação, além de serem artefatos culturais. A aprendizagem da língua escrita por meio dos gêneros é indicada não apenas por autores (as) da área da alfabetização, mas em documentos normativos. Conclui-se que os gêneros ampliam a capacidade comunicativa das crianças de forma significativa e contextualizada, distanciando-se de perspectivas tradicionais de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação infantil; gêneros textuais; formação leitora.

Abstract: The article is the result of research conducted during a specialization course and aimed to understand the use of textual genres for developing reading skills in Early Childhood Education. With a theme related to literacy, this study emerged from a reflection on the relationship between working with textual genres and the development of reading skills in early education. The methodology adopted was qualitative in nature, using a bibliographic method. As for the results, the starting point was the notion that textual genres are historical tools of communication, as well the cultures artifacts. Learning written language through genres is recommended not only by literacy scholars but also in regulatory documents. It is concluded that genres

¹ Formação em Pedagogia pela UFC, com especialização em Alfabetização de crianças e multiletramentos pela UECE. Professora substituta da rede pública de Fortaleza. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2925-340X>. E-mail: nataliaoliveira150713@gmail.com.

² Formação em Pedagogia pela UFC e Ciências Sociais pela UECE. Com mestrado e doutorado pela UFC. Professora Assistente da UECE. Professora da rede pública de Fortaleza. Colaboradora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2949-713X>. E-mail: raquel.carine@uece.br.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

significantly and contextually enhance children's communicative abilities, moving away from traditional learning perspectives.

Keywords: Early childhood education; textual genres; reading training.

1. Introdução

A escrita está presente em diversas situações do cotidiano, proporcionando a inserção das crianças desde muito cedo num ambiente letrado. As psicólogas Ferreiro e Teberosky (1999, p. 32), baseadas na teoria piagetiana, concebem o sujeito e o objeto como ponto de partida da aprendizagem, por meio das funções de seus esquemas de assimilação, e não apenas em torno do conteúdo a ser abordado. Portanto, a partir das suas reflexões sobre a língua escrita, essa na posição de objeto, as crianças vão construindo significado sobre ela à medida que constrói suas categorias de pensamentos enquanto organiza o mundo.

O presente trabalho surgiu após uma inquietação envolvendo os usos dos gêneros textuais no contexto da Educação Infantil. Contudo, ele é um recorte de um trabalho de conclusão de curso, em um curso de especialização. Assim, o artigo apresenta reflexões sobre os usos dos gêneros textuais na modalidade da Educação Infantil. Para tanto, a pesquisa partiu da seguinte indagação: Como os múltiplos usos dos gêneros textuais têm colaborado com a formação leitora junto às crianças, na primeira etapa da Educação Básica? Constituindo-se como objetivo geral compreender as relações entre os usos dos gêneros textuais e a formação leitora na Educação Infantil

A abordagem teve caráter qualitativo, utilizando-se do método bibliográfico. De modo complementar, examinamos os documentos que orientam a Educação Infantil. A pesquisa parte da concepção de que as crianças têm o direito de conviver com práticas de leitura e escrita a fim de refletir de maneira lúdica sobre as dimensões sonoras e gráficas das palavras, especialmente no final da educação infantil. Em concordância com Moraes (2012, p. 116), “a escola pública precisa iniciar, no final da educação infantil um ensino que permita às crianças [...] refletir sobre as palavras, brincando curiosamente, com sua dimensão sonora e gráfica”.

O nosso artigo não pretendeu tratar a sistematização da alfabetização na Educação Infantil, pois compreendemos que essa questão é orientada pela Base Nacional Comum Curricular (2017) a



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

ser feita no ciclo de alfabetização que acontece no Ensino Fundamental, anos iniciais, nas turmas de primeiro e segundo ano. Ressaltamos que a BNCC (2017) apresenta as interações e as brincadeiras como eixos orientadores da Educação Infantil. Contudo, é a partir das brincadeiras com intencionalidade pedagógica, aliadas à interação entre os pares, que podemos propor a reflexão sobre a formação leitora durante toda a Educação Infantil. Alinhando-se aos trabalhos significativos com os gêneros textuais, podemos pensar em estratégias para tornar essas atividades reflexivas, potencializando múltiplos aprendizados.

Por fim, este trabalho está organizado da seguinte maneira, o próximo tópico trata da metodologia, apresentando as etapas da pesquisa. Posteriormente, refletimos acerca dos usos dos gêneros textuais na Educação Infantil, trazendo alguns conceitos e definições relativos aos gêneros textuais, com destaque para a língua escrita a partir das orientações dos documentos que orientam esse conteúdo na Educação Infantil.

2. Metodologia

Este trabalho teve origem após uma inquietação envolvendo os gêneros textuais e os seus usos na Educação Infantil. Contudo, ele é um recorte de uma pesquisa de especialização sobre alfabetização de crianças e multiletramentos. Para tanto, o presente artigo expõe a reflexão teórica e documental que fundamentou a pesquisa.

Inicialmente foram realizadas perguntas ao tema, que levou a criação de uma problematização que concerne sobre a relação do trabalho com gêneros textuais e a formação leitora na Educação Infantil. Deslandes (2007, p. 39) explica que “Ao formularmos perguntas ao tema estaremos construindo sua problematização. Um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico.”

Em seguida, foram realizados os procedimentos a partir do método bibliográfico a fim de entender o que os (as) estudiosos (as) da alfabetização tratam em relação à formação leitora com os usos dos gêneros textuais, sendo indissociável da aprendizagem da escrita. De modo concomitante,



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

realizamos um exame nos documentos oficiais para verificar as orientações no âmbito da Educação Infantil.

Portanto, esta pesquisa se fundamentou em autores (as) como Ferreira e Teberosky (1999), abordando a aprendizagem da língua escrita, trazendo o conceito de aprendizagem da língua materna; Moraes (2012), com o Sistema de Escrita Alfabética (SEA); e, finalmente, Jesus e Guimarães (2022) e Marcuschi (2002) refletindo acerca do significado dos gêneros textuais e sua importância na aprendizagem da língua escrita.

Além dos (as) autores (as) mencionados (as), recorreremos a documentos oficiais, a fim de verificar se eles refletem acerca do trabalho com os gêneros textuais na Educação Infantil, pontuando as perspectivas. Em outras palavras, quais as concepções de formação leitora orientam a educação de crianças pequenas, como é essa relação com os usos dos gêneros textuais. Portanto, o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RCNEI), 1998; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2017; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), 2009, foram fundamentais para esta pesquisa.

Após a realização da leitura e dos fichamentos, os próximos passos do estudo foram responder ao questionamento central, com base nos documentos normativos e nas obras do aporte teórico. Ao longo do trabalho, é possível encontrar o conceito de gêneros textuais, reflexões sobre o ensino da língua escrita concomitante a formação leitora, utilizando os gêneros. Em seguida, a pesquisa aponta os resultados e discussões, logo em seguida, as considerações finais.

Por fim, o estudo buscou saber como está sendo as relações entre a formação leitora e os usos dos gêneros textuais na Educação Infantil. Pois, compreendemos que as crianças têm o direito de aprender a leitura e a língua escrita, visto que vivem em sociedades orais e grafocêntricas, utilizando-se tanto a leitura como a escrita como principal ferramenta de comunicação. Aprendizagem que deve passar por uma abordagem dialógica e contextualizada.

Concluindo, o próximo tópico dialogará sobre os usos dos gêneros textuais na Educação Infantil. Em seguida, abordamos os conceitos e as definições dos gêneros textuais. Posteriormente, será elencado o que os documentos oficiais da educação abordam sobre os gêneros textuais, entre resultados e discussões.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

3. Resultados e Discussões

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Currículo (BNCC), 2017. E é o período fundamental para o desenvolvimento integral da criança. É quando ela passa a conviver com uma quantidade maior de sujeitos falantes da língua materna. E será cuidada e educada de modo que complete seus conhecimentos e vivências construídos no ambiente familiar para ampliar suas experiências, habilidades e conhecimentos, segundo orienta a BNCC (2017).

Ademais, é o primeiro contato com o ensino formal, onde a criança constrói sua identidade como sujeito pertencente à sociedade e vivencia um processo contínuo de descobertas. Para Jesus e Guimarães (2022, p.127), “A educação infantil é a base para o processo humanizador da criança. É nessa etapa que a criança passa por várias experiências e aprendizagens muito significativas, entre elas está a apropriação da língua.” Entre as experiências, destaca-se o contato com a língua materna de forma escrita por meio dos gêneros textuais. Estes, que estão em toda parte, em diversos formatos, trazendo informações e sentidos sociais para a língua escrita.

Ao iniciarem na Educação Infantil, as crianças deixam o seio familiar pela primeira vez para conviver em uma socialização estruturada, conforme a BNCC (2017) traz em seu texto. “A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.” (BRASIL, 2017, p. 36).

Quanto à língua materna, está presente na vida das crianças desde o seu nascimento, sua aprendizagem se dá por meio das interações sociais. Inicialmente, a criança se comunica através dos choros, dos sentidos, depois, ao observar os falantes da língua, ela passa a tentar imitar através de sons com a boca e gestos com o corpo. Posteriormente, começa a reproduzir as primeiras sílabas e palavras. Enfim, a aprendizagem da língua materna se dá por meio da observação dos sujeitos falantes, na tentativa de compreender a natureza da língua, levantando hipóteses, reconstruindo a



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

linguagem ao mesmo tempo que atribuí o significado a elas, conforme explicam Ferreiro e Teberosky (1999).

De modo geral, a criança reproduz as palavras que escuta e com o tempo atribui significado a elas, além de criar a sua própria gramática, conforme afirmam as autoras na seguinte citação: a “[...] criança procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria a sua própria gramática. [...]” (Ferreiro e Teberosky, 1999, p. 24). Segundo Marcuschi (2007, p. 57), fala é uma “[...] modalidade de funcionamento da língua. [...]”.

Quanto à língua escrita, permeia os mais diversos espaços sociais e está presente no cotidiano das crianças, contudo, é nas instituições de ensino formal que seu ensino sistematizado acontece. E esse trabalho é realizado para que as crianças dominem a escrita, este meio de comunicação tão importante nas sociedades atuais.

Jesus e Guimarães (2022) enfatizam a importância de se trabalhar com o ensino da língua/linguagem na educação infantil, pois a criança precisa aprender a se comunicar através da escrita. Visto que a sociedade atual é grafocêntrica (tem a escrita como centro da comunicação). Concepção também defendida por Moraes (2012, p.116), pois, para ele, “a escola pública precisa iniciar, no final da educação infantil um ensino que permita às crianças [...] refletir sobre as palavras, brincando curiosamente, com sua dimensão sonora e gráfica”.

A língua se constitui como prática social dialógica e histórica, não sendo regida por imposições fixas e regras imutáveis, mas, caracterizando-se pelo seu dinamismo e caráter interativo. É heterogênea, pois concebe muitas formas de comunicação, considerando as variações regionais e os diversos sotaques. Com suas múltiplas facetas, a língua se manifesta de acordo com as intenções dos interlocutores na transmissão da mensagem, por meio dos gêneros textuais, conforme explicita Marcuschi (2007, p. 63).

[...] a língua é essencialmente heterogênea (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmica e suscetível a mudanças), histórica e social (não é uma imposição de formas prontas), indeterminada sob o ponto de vista semântico e sintático (submetida às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como texto e discurso.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

Marcuschi (2002, p. 35) revela que o trabalho com gêneros textuais possibilita o ensino da língua com uma abordagem contextualizada, pois é mais significativo trabalhar com os textos do que com palavras soltas e sem sentido. Sobretudo, no contexto de alfabetização, visto que as crianças aprendem com mais facilidade quando refletem sobre palavras que fazem parte do seu vocabulário.

Contudo, para utilizar os gêneros textuais adequadamente e passar a mensagem corretamente, é importante entender a função social do gênero empregado, saber como é sua estrutura, além de conhecer as regras gramaticais para utilizá-las corretamente.

Bakhtin (1997), explica que se os gêneros não existissem ou se não soubermos utilizá-los corretamente, a comunicação verbal seria quase impossível. O que nos leva a crer que os gêneros textuais realmente são imprescindíveis para transmitir a mensagem que se quer passar. “Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominassem, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.” (Bakhtin, 1997, p. 302).

Conforme Marcuschi (2002), os gêneros textuais são ferramentas de comunicação que estão presentes nas interações sociais. São textos orais ou escritos utilizados para o homem se comunicar. Ainda de acordo com o autor, não são instrumentos enrijecidos, mesmo tendo a capacidade de reconhecer com antecedência uma fala, pensamento, atitude, dentre outros. Mas, “Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” (Marcuschi, 2002, p. 19).

Os gêneros textuais surgiram de forma oral, e eram limitados, porém com o surgimento da escrita alfabética, eles se multiplicaram e, hoje, podem ser encontrados em todos os ambientes sociais, possibilitando o contato direto pelas crianças da educação infantil (Marcuschi, 2002). Alguns desses gêneros são: carta, lista, cartas, piadas, bilhete, contos, e-mail, diários pessoais e receita culinárias, por exemplo.

Marcuschi (2002) discute a multiplicação dos gêneros textuais, destacando que, à medida que o mundo avançou em termos de tecnologia, esses gêneros se transformaram e se diversificaram. A invenção da impressão e mais tarde da *internet* reformulou a maneira de produção e circulação dos gêneros textuais.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

É importante lembrar que a impressão foi inventada por Johannes Gutenberg no século XV na Alemanha, conforme destaca Fernandes (s.d.). E essa inovação possibilitou que um número cada vez maior de pessoas tivesse acesso a textos impressos de diferentes gêneros. E ainda hoje, os gêneros seguem se atualizando em função das novas tecnologias digitais e das novas formas de comunicação. Marcuschi (2002) explica também que essa atualização acontece especialmente em decorrência das novas tecnologias voltadas à área da comunicação.

Assim, os grandes suportes tecnológicos da comunicação tais como o rádio, a televisão, o jornal, a revista, a internet, por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos. Daí surgem formas discursivas novas, tais como editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonemas, telegramas, telemensagens, teleconferências, videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (e-mails), bate-papos virtuais, aulas virtuais e assim por diante. (Marcuschi, 2002, p. 20).

Esses gêneros atuais presentes nos meios digitais utilizam os antigos como referência, de modo que, a estrutura do e-mail é baseada nas cartas, as notícias on-line tem a estrutura dos antigos jornais impressos. Marcuschi (2002) explica que são novas formas de se comunicar, mas baseadas em modelos já existentes.

Por fim, é importante diferenciar gênero textual e tipos textuais. Marcuschi (2002, p. 21) explica que para o sujeito se comunicar precisa utilizar o gênero textual, “[...] os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo.” Com relação ao tipo textual, é voltado para como acontece a construção do texto. No geral, os tipos textuais são: narração, descrição, argumentação, exposição e injunção. Alguns exemplos desses gêneros são: parlenda, adivinha, trava-línguas, dentre outros.

Os usos dos gêneros textuais na Educação Infantil são recomendados por vários documentos orientadores da educação, através da leitura de livros, musicalização, jogos, dentre outros. Mesmo não usando o termo gêneros textuais, muitos documentos antigos já recomendavam as práticas com a utilização de livros e outros materiais. O exemplo disso é o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RCNEI) (Brasil, 1998, p. 69), que indica alguns materiais para as crianças utilizarem: “[...] mobiliário, espelhos, brinquedos, livros, lápis, papéis, tintas, pincéis, tesouras, cola, massa de modelar, argila, jogos [...].”



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

O RCNEI (Brasil, 1988) sugere o trabalho com os gêneros textuais também de forma oral através de jogos e brincadeiras musicais. Assim, favorecendo o enriquecimento cultural e as tradições sociais. Lembrando que as primeiras formas dos gêneros aconteciam de forma oral, conforme consta na citação a seguir:

[...] uma simples observação histórica do surgimento dos gêneros revela que, numa primeira fase, povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética por volta do século VII A. c., multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. (Marcuschi, 2002, p.19).

Assim como o RCNEI (Brasil, 1988), outros documentos apontam o trabalho com os gêneros textuais na Educação Infantil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2017 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), 2009. Mas, estes já são mais atuais e trazem o termo gêneros textuais explicitamente.

A BNCC (2017) foi criada com o objetivo de orientar na construção e reconstrução dos currículos dos estados e municípios. Mas, conforme Michetti (2020), a sua criação causou disputa de interesse no país, pois vários órgãos, instituições e famílias, além de outras, queriam participar da criação do documento a fim de favorecer seus interesses. Michetti (2020) explica que o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), participou da elaboração da base representando o campo estadual; e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), representando a esfera municipal.

Dito isso, os interessados buscaram se aliar a Consed e a Undime através de parcerias. Desta forma, em parceria com a Consed estavam a “[...] Fundação Roberto Marinho, a Fundação Itaú Social, o Instituto Unibanco, a Fundação Victor Civita, o Instituto Natura, a Fundação Santillana, a Fundação Lemann, a Fundação Telefônica Vivo [...]” (Michetti, 2020, p. 4). Os parceiros da Undime foram a “Fundação Itaú Social, o Instituto Natura, a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Alana, a Fundação Lemann [...]” (Michetti, 2020, p. 4), dentre outros. De modo geral, compreendemos que há um forte interesse desses grupos capitalistas em participar da criação da BNCC (2017) e de outros documentos são para formar sujeitos para o mercado de trabalho.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

Malanchen (2021), escancara que a BNCC (2017) tem o propósito de levar as pessoas ao ensino do aprender pela prática e do saber fazer a fim de preparar as pessoas para o mercantilismo. Além disso, a autora alerta que essa base é um ataque à educação pública, pois objetiva formar um sujeito sem saber pensar. Portanto, está base traz de volta o ensino tecnicista e a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho. Desconsiderando a formação crítica e reflexiva. Inclusive, Malanchen (2021) ressalta que o discurso do protagonismo infantil são palavras tecnicista. E conforme Pimenta (2019, p. 20) o professor é visto pelas classes dominantes como “simples técnico prático” e a docência é “reduzida a habilidades práticas”.

Já as DCNEI promulgada em 2009 pela resolução Nº 5 que sistematiza as propostas a serem desenvolvidas na Educação Infantil, em seu Artigo 9º recomenda o trabalho com os gêneros textuais. Precisamente no terceiro inciso: “III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;” (BRASIL, 2009, s/p).

Além disso, a DCNEI (2009) considera a criança como o centro do planejamento, posteriormente a BNCC (2017) traz essa importância de olhar para as necessidades da criança. Dentro dessa valorização infantil, destacam-se elementos como a autonomia, a preservação do meio ambiente, o conhecimento das tradições culturais, artísticas, musicais, dentre outras. Pois, é importante que as crianças conheçam a sua cultura e saibam se comunicar em sociedade por meio da oralidade e da língua escrita.

Os gêneros textuais são ferramentas históricas de comunicação. São textos que, inicialmente, surgiram de forma oral, posteriormente, com o surgimento da escrita alfabética passaram a ser escritos, documentados. Mais tarde, foram desenvolvidos com o advento da tecnologia, especificamente da internet. O que levou a serem adaptados para os meios digitais. Além disso, sua estrutura é caracterizada a partir do público e do contexto. De modo geral, os gêneros textuais são textos que o interlocutor utiliza para transmitir uma mensagem. E sem eles dificilmente existirá uma comunicação.

Jesus e Guimarães (2022), estudiosas da teoria bakhtiniana, evidenciam a importância de se trabalhar com gêneros na primeira etapa da educação básica. Pois, a leitura de variados textos facilita



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

a aprendizagem e o domínio da língua materna, e consequentemente, a comunicação e a interação social. Ao serem trabalhados na Educação Infantil, os gêneros contribuem para a melhoria da capacidade de comunicação entre as crianças, além de proporcionar o seu entendimento sobre a função social da língua escrita.

Pois, ao ter contato com os gêneros e ouvir a leitura de textos, as crianças começam a perceber que a escrita serve para a comunicação, depois entendem através das observações dos textos que se escreve com palavras e, por fim, que a escrita é a representação da nossa fala. Morais (2012), explica que de início as crianças não têm essa percepção, mas ao passar pelas etapas de compreensão da língua escrita, elas acabam aprendendo. O que nos remete a reflexão consoante a aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e a teoria da Psicogênese da Língua de Escrita Ferreiro e Teberosky (1999) que aborda as hipóteses sobre a língua escrita em crianças entre quatro e seis anos de idade.

As alunas do psicólogo Jean Piaget, Ferreiro e Teberosky (1999), desenvolveram a teoria da Psicogênese da Língua Escrita a partir de uma pesquisa que levou a percepção de que as crianças levantam hipóteses sobre a língua escrita por volta dos quatro a seis anos de idade. Segundo Figueiredo *et. al.* (2009), essas reflexões são etapas que foram organizadas em três grandes períodos denominados de: pré-silábico, no qual as crianças não compreendem que se escreve com letras e por isso não associam a letra e o fonema. Silábico, silábico-alfabético e alfabético, nos quais elas já conseguem fazer a relação fonema e grafema.

Figueiredo *et. al.* (2009) explicam que, no período pré-silábico as crianças acreditam que a língua escrita pode ser representada com rabiscos e desenhos. Mais tarde, quando elas entendem que a escrita é representada por letra, passam para o período silábico, embora de início usem símbolos e letras aleatórias para representar o nome de um objeto ou outras coisas. Ferreiro e Teberosky (1999) traz a concepção de que o desenho é a representação dos objetos. E a escrita é a representação, através das letras, de algo simbólico. Portanto, ao ensinar a língua escrita, é necessário que o professor leve as hipóteses das crianças sobre a língua escrita e sua função social em consideração.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999, p. 40), “[...] o conhecimento se constrói a partir do sujeito cognoscente e do objeto a conhecer, no qual o objeto serve de ocasião para que o



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

conhecimento se desenvolva". Essa afirmação dialoga com a teoria piagetiana, que compreende a aprendizagem como resultado das ações do sujeito sobre os objetos, possibilitando-lhe construir suas próprias categorias de pensamento à medida que organiza o mundo ao seu redor.

A alfabetização de crianças deve ser compreendida como um processo de construção da aprendizagem, no qual a criança interage com textos e com situações sociais mediadas pela língua materna. Durante muito tempo, prevaleceu a concepção de que a repetição de fonemas, a memorização do alfabeto e a formação mecânica de sílabas e palavras constituíam os métodos mais eficazes para o ensino da escrita. Contudo, entende-se hoje que a criança é um sujeito ativo, que elabora hipóteses, organiza significados e representa o mundo inicialmente por meio de desenhos, evoluindo gradativamente para a escrita.

O que nos lembra os antigos métodos de repetições divididos entre sintéticos e analíticos. Segundo Galvão e Leal (2005), os sintéticos analisam inicialmente as menores unidades (letras, fonemas ou sílabas) e depois as maiores (palavras, frases e textos). E ainda conforme as autoras, os analíticos partem da palavra, frases e textos, e só depois analisam as menores partes.

Contudo, como já mencionado, esses métodos são mecânicos e não formam sujeitos reflexivos. Lembrando sobre a importância de se refletir sobre a língua escrita para uma aprendizagem significativa. Dito isso, é importante destacar que Moraes (2012) traz o SEA, no qual trata a escrita do sistema alfabético como um sistema notacional e não como um código. Os métodos tradicionais se diferem também por isso, pois trata a escrita como um código. “[...] a alfabetização não é aprender um código, mas sim, se apropriar de um sistema notacional.” (Moraes, 2012, p. 48). “Quando nos apropriamos do sistema notacional, temos que compreender e internalizar suas regras ou propriedades e aprender suas convenções.” (Moraes, 2012, p. 50).

A aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) não ocorre de forma rápida nem se reduz ao simples acúmulo de informações. Como explica Moraes (2012, p. 49), a perspectiva evolutiva da psicogênese considera que, para dominar o SEA, a criança precisa “desvendar a esfinge”, ou seja, compreender as propriedades do alfabeto enquanto sistema notacional.

Além disso, Moraes (2012, p. 49) destaca que, para compreender o Sistema de Escrita Alfabética (SEA), o (a) educando (a) precisa responder a duas questões fundamentais: “1. O que as



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

letras representam (ou notam, ou substituem)? 2. Como as letras criam representações (ou notações)? (Ou seja, como as letras funcionam para criar representações/notações?).” Segundo o autor, as respostas a essas perguntas variam conforme a etapa ou estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra.

Como já abordado, o autor também defende a reflexão das palavras no final da Educação Infantil, pois, segundo ele, “a escola pública precisa iniciar, no final da educação infantil um ensino que permita às crianças [...] refletir sobre as palavras, brincando curiosamente, com sua dimensão sonora e gráfica”. (Morais, 2012, p.116).

Segundo Augusto (2011), na Educação Infantil não se trata de exigir que as crianças dominem o sistema de escrita, mas de favorecer que elas aprendam a pensar e refletir sobre ele. O autor ressalta a importância do letramento, destacando que as crianças compreendem o processo da escrita a partir da reflexão sobre ela.

De Vygotsky a Ferreiro, muito se tem discutido sobre o que é o processo de alfabetizar e qual é a sua importância na formação de uma criança. Para a educação infantil, não convém defender qualquer alfabetização, aquela associada à mecânica e ao treino da técnica de grafar corretamente as palavras. Mas, sim, assumir aquilo que representa o ponto crucial no desenvolvimento cultural da criança, o que permite compreender a linguagem escrita, mais do que a decodificação de sinais simples, [...]. (Augusto, 2011, p. 123).

Portanto, pode-se afirmar que, ao oferecer à criança um ambiente letrado, rico em oportunidades de leitura e escrita, possibilita-se que ela atue como sujeito ativo, capaz de anunciar, pensar e expressar-se por meio da linguagem. E o ensino da língua escrita deve acontecer letrando, pois é mais significativo, já que acontece de forma contextualizado.

4 . Considerações finais

Estudar a relação entre a formação leitora (escrita e leitura), a Educação Infantil e os gêneros textuais é caminhar por discussões necessárias e contemporâneas a fim de qualificar a nossa formação docente para a atuação na educação básica. De modo geral, as inquietações transitaram entre a necessidade de compreender como vem ocorrendo o processo alfabetizador na infância,



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

considerando as suas especificidades, optou-se, assim, por um estudo bibliográfico e documental para ampliar nosso campo de entendimento sobre tal conteúdo.

Com os estudos, foi possível identificar que os gêneros textuais podem desenvolver e potencializar a autonomia da criança, pois o ensino a partir do texto facilita a compreensão da função social da escrita. Desta forma, levando-as a lerem sozinhas, mesmo ainda não fazendo a correspondência dos sons que saem da boca com as letras. Visto que, ela conseguirá entender um pouco da mensagem ou criar novas histórias através da leitura de imagens. E, mais tarde, ao sempre terem o contato com os gêneros, terão familiaridade sobre a sua estrutura e sobre a função social da língua escrita, bem como os seus aspectos conceituais e convencionais. Tratando-se, portanto, de uma educação contextualizada.

Dessa forma, ao inserir os gêneros textuais como um dos eixos centrais no ensino da língua, amplia-se o repertório comunicativo das crianças. O que contribui para a formação de sujeitos críticos e capazes de atuar discursivamente em diferentes esferas sociais, consolidando o papel da linguagem como prática social e instrumento de participação cidadã. Além do mais, as crianças têm o direito de refletirem sobre a língua escrita e ter acesso aos gêneros textuais visto que vivemos em uma sociedade que a escrita está por toda a parte, pois faz parte da cultura dessas sociedades atuais que são grafocêntricas.

Referências

AUGUSTO, Silvana de Oliveira. **A linguagem escrita e as crianças** – superando mitos na educação infantil. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: UNESP, 2011. 14 p. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/452?mode=full>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5/2009, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação;



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

Câmara de Educação Básica, 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 8 de maio de 2025.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Maria Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 31-60.

FERNANDES, Cláudio. Invenção da imprensa. **Brasil Escola**, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/invencao-imprensa.htm>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de; GOMES, Adriana Leite Limaverde; FARIAS, Maria Cílvia Queiroz; MELO, Claudiana Maria Nogueira de. (Orgs.). **Avaliação da leitura e da escrita: uma abordagem psicogenética**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

GALVÃO, Andréa; LEAL, Telma Ferraz. Há lugar ainda para métodos de alfabetização? Conversa com professores(as). In: MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Org.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

JESUS, Leslie Oliveira de; GUIMARÃES, Mônica Soares de Araújo. A importância dos gêneros textuais: alfabetização e letramento. XVIII CONGRESSO MINEIRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. 2022, p. 127-137. Patos de Minas. **Anais [...]**. CMEB, Patos de Minas, 2022.

MALANCHEN, Julia. Currículo escolar e pedagogia histórico-crítica: formação emancipadora e resistência ao capital. **Colloquium Humanarum**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 123-132, 2021. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4115>. Acesso em: 20 jul. 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>

MARCUSCHI, L. A. (2002) **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; Dionísio, Ângela Paiva. (Org.) **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MELLO, Elena Maria Billig; RORATO, Adriana; SILVA, Luciane Grecilo da. BNCC para que(m)? Disfarces e contradições num processo marcado por muitas (in)definições. ANPEd-SUL, XII, 2018, Jaguarão. **Anais [...]**. Jaguarão, 2018.

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **Revista brasileira Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 35, n. 102, 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-2236-5126>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Maria Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 9-29.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **As ondas críticas da didática em movimento**: resistência ao tecnicismo/neotecnismo neoliberal. São Paulo; Cortez, 2019.

Recebido em 01 de dezembro de 2025.

Aprovado em 05 de dezembro 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268854, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268854>